commum o bomeio com a cabeça do Governo, pedindo
a Sua mercê que se sirva mandar proceder ao
orçamento desta obra, que será logo posta em
praça e rubrica, e recebendo o mesmo Tanjo que
se fizer, mandará logo proceder a determinar a sua
demarcação informando ao mesmo tempo, qual
o dono ou quem tiver montado as ditas casas que
indica, e deverá promover entre os moradores do
Destrito desta Villa, para ser o que faltar supri
do na forma que pedem sobre o que receberá o
Conselho do Governo em que fica Sua mercê
Dios guarde a Mm. Palácio do Governo de S. Paulo 12
de Março de 1830 = (a) Manuel Rayão Senhores
Presidente e Membros da Camara da Villa de Cou.
Está conforme Francisco Antonio de Ol.
Secretario da Camara
Requeiro de Vossas Mercês que augmandem lançar com os Quinta
dores da Comarca de que Vossas Mercês dotheor seg.
Remeto a Vossas Mercês os depoimentos inclusos vin
dos pela Chancellaria do Juizo de Paz desta Villa
das, e segundo as mesmas Testemunhas Diogo de Paiva
Costa do Secretario Dios Guarde a Vossa Senhoria
as 8 horas vinte e seis de Junho de mil oito centos trinta
Ilustrissimos Senhores Presidente e Vereadores
dores da Camara Municipal da Villa de Constitui
ção = Francisco Lourenço de Queiroz Costa conforme
me Francisco Antonio de Amaral Secretario
da Camara

Decreto

Hei por bem Sancionar e Mandar que se cum
pra a Resolução seguinte da Assembléa Ge
ral Legislativa. Artigo primeiro as Assem
bléas provinciais, em todos os seus trabalhos
irão providenciando pelos Juizes de Paz do lugar. Os
Eleitores, até ao
fim segundo os Collegios Eleitoraes, até ao
Eleição do Chefe na forma do Capitulo quarto

Quanto ao paragrafo setimo das Instrucções
de vinte e seis de Outubro de mil oitocentos e
vinte e quatro, serão tambem presididos
pelos Juizes de Paz do lugar, pelo dos Ca-
sas de Districtos, e quando em alguma destas
ver mais de hum Juiz de Paz competirá a presi-
dencia ao mais velho, ao mais votado, e tendo
as mesmas.

Artigo 4. Onde ainda não estiver
verificado o Juiz de Paz, mas houver ou-
tra authoridade civil, presidirá o Vereador
mais votado, na ausencia do Governador
nomeados pelas respectivas Camaras.

Artigo 5. Sendo porem mandadas declarar as
Instrucções de vinte e seis de Outubro de mil oito-
centos e vinte e quatro, no Decreto de vinte
e nove de Julho de mil oitocentos e trinta e tres
revogadas todas as disposições em contrario; e
por isso se mandou declarar as eleições, que já es-
tivessem feitas legalmente, na conformidade
das ditas Instrucções, e Decreto acima
referidos: Manda pois a Regencia, em Nome
do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Im-
perio, e Manda a quem este virem, que o
cumpra tão inteiramente como nelle se contem.
O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio
o faça imprimir, publicar, e correr. Dado no
Palacio do Rio de Janeiro aos vinte e tres de Ju-
lho de mil oitocentos e trinta e tres, duodecimo
da Independencia e do Imperio. Com a Rubrica de
Sua Alteza Imperial a Regencia. Francisco de
Lima e Silva. Carneiro de Campos. Manoel
da Fonseca Lima e Silva. Manoel Alves Branco.

Carta de Lei pela qual Vossa Alteza Imperial
manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legisla-
tiva de vinte e seis de Outubro de mil oitocentos e
vinte e quatro, na forma acima declarada.
Para Vossa Alteza Imperial ver.
Francisco Ramiro Wanderley a fez.

Decreto

Hei por bem Sancionar, e Mandar se execute a Re-
solução seguinte da Assembléa Geral Legisla-
tiva